



A austeridade comprometendo o futuro da universidade pública e sua função social

Austerity compromising the future of the public university and its social function

Simone Silva*

 <https://orcid.org/0000-0003-4474-6659>

Roberto Leher**

 <https://orcid.org/0000-0002-5063-8753>

RESUMO

O artigo analisa o orçamento das universidades federais no período de 2006 a 2022, particularizando as verbas de capital (investimentos), focalizando o ápice da expansão do Programa de Reestruturação das Universidades Federais; o aprofundamento da crise estrutural e a desestabilização empreendida pelo bloco no poder concomitante à tentativa de reversão da política econômica em direção à austeridade; o significado da Emenda Constitucional nº95/2016; as medidas orçamentárias do governo de extrema direita destinadas a inviabilizar as universidades públicas; e faz considerações sobre o Regime Fiscal Sustentável do terceiro governo de Lula da Silva. A base empírica foi constituída por: Estudos de Nelson Amaral (2016); Painel do Financiamento da Ciência e Tecnologia e das Universidades Federais do SOU_CIÊNCIA; estudo do Dieese sobre o financiamento das Universidades Federais. O artigo está estruturado em três seções, a primeira aborda a universidade brasileira, suas tensões e contradições na produção científica e ideológica; a segunda se dedica a analisar a austeridade e a inviabilização da democracia; e, a terceira seção apresenta análise dos orçamentos, focalizando as verbas de investimento. A análise conclui que a austeridade, materializada na EC nº95/2016, e os cortes nas verbas de investimento interditam processualmente o futuro da universidade pública e sua função social, contribuindo para a consolidação de um novo padrão de financiamento

*Técnica-administrativa em Educação do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUBEA/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente Colaboradora em Bioética e Ética Aplicada e Saúde Coletiva (UFRJ, Fiocruz, UERJ e UFF) e pesquisadora do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (FE/UFRJ) smarias.71@gmail.com

**Docente na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, Brasil). Pesquisador Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Cientista de Nosso Estado-FAPERJ e pesquisador do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (FE/UFRJ). E-mail: leher.roberto@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n47p15-34



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

sustentado na relação entre a universidade pública e o setor privado, conexão que, em países capitalistas dependentes, aprofunda a heteronomia cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Austeridade; Universidade Federal; Função social da universidade; Recursos de capital.

ABSTRACT

The article analyses the budget of federal universities from 2006 to 2022, specifying the capital resources (investments), focusing on the apex of the expansion of the Restructuring Program of Federal Universities; the deepening of the structural crisis and the destabilization undertaken by the bloc in power concomitant with the attempt to reverse economic policy towards austerity; the meaning of the Constitutional Amendment nº95/2016; the budgetary measures of the far-right government aimed at making public universities unfeasible; and makes considerations about the Sustainable Fiscal Regime of the third government of Lula da Silva. The empirical basis was constituted by: Studies of Nelson Amaral (2016); Panel of the Financing of Science and Technology and the Federal Universities of SOU_CIÊNCIA; Dieese study on the financing of the Federal Universities. The article is structured in three sections, the first addresses the Brazilian university, its tensions and contradictions in scientific and ideological production; the second is dedicated to analyzing the austerity and the unfeasibility of democracy; and the third section presents budget analysis, focusing on the investment funds. The analysis concludes that austerity, materialized in EC nº95/2016, and the cuts in investment funds prohibit the future of the public university and its social function, contributing to the consolidation of a new pattern of financing sustained in the relationship between the public university and the private sector, connection that, in dependent capitalist countries, deepens the cultural heteronomy

KEYWORDS

Austerity; Federal University; Social function of the university; Capital resources.

Introdução

O caráter tardio da universidade pública brasileira engendra tensões e contradições específicas; o seu caráter tardio se deve às particularidades do capitalismo dependente e da revolução burguesa no Brasil (Fernandes, 2006). Distintamente dos países que realizaram revoluções burguesas clássicas, como a França, e inseriram as universidades e demais instituições especializadas no bojo de projetos autopropelidos de nação, atribuindo às universidades um papel-chave na aceleração das revoluções industriais, no caso brasileiro as universidades públicas não estiveram no cerne da consolidação da República, nem, tampouco, na industrialização após os anos 1930.

Embora seja a partir da chamada revolução (burguesa) de 1930 que as universidades foram sendo instituídas, a rigor, a pesquisa tecnológica não caminhou associada de modo orgânico com o desenvolvimento das forças produtivas, compreendidas aqui não como um conjunto de técnicas, mas como o adensamento de relações sociais — e que, por conseguinte, são indissociáveis das relações de produção (Arrizabalo Montoro, 2024) — materializadas na industrialização, na agricultura, urbanização, energia, transporte etc.

Contraditoriamente, os nexos com o padrão de acumulação foram mais acentuados e deformados no período de consolidação da infraestrutura necessária ao capitalismo monopolista estruturado pela ditadura empresarial-militar, que combinou ações de focalização de recursos para tal fim (Silva, 2012) e brutal repressão contra os críticos da ditadura por meio do AI-5/1968, do Decreto nº 477/1969, das Assessorias de Informação

vinculadas ao Serviço Nacional de Investigação e, não menos relevante, pelos assassinatos, torturas, exílios forçados (Leher; Silva, 2014).

Durante a ditadura empresarial militar a pesquisa vinculada à pós-graduação *stricto sensu* foi institucionalizada na universidade pública. Alguns elementos podem explicar a ocupação pela universidade deste lugar de destaque na pesquisa no Brasil, a necessidade que o regime tinha de ter o controle da produção científica e dirigi-la para a sua visão de desenvolvimento do país — a rigor, as bases do capitalismo monopolista por meio de investimentos estatais — processo que fortaleceu empresas públicas (Estatais) mas que não esteve ancorado por investimentos complementares das frações burguesas no país. Estas seguiram moldadas aos seus vínculos com as cadeias mundiais de valor, o que, na prática, significou a ausência de investimentos em departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento no setor privado.

É importante realçar que Fernandes (2006) considera que a ausência de uma revolução burguesa “clássica” é elemento decisivo no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, forjando uma burguesia dependente não como vítima indefesa do imperialismo, mas como burguesia associada, parceira menor, mas parceira, se abstendo de qualquer iniciativa na direção de promover um projeto autopropelido de nação. De acordo com Florestan, para as burguesias latino-americanas

o essencial continua a ser as ‘vantagens relativas’ da associação com as nações capitalistas centrais e sua superpotência (isto é, as migalhas da submissão ao imperialismo) e o ‘equilíbrio de poder’ a qualquer preço, pelo qual a Nação tem de crescer fatalmente contra a sociedade politicamente organizada (Fernandes, 1980, p. 1).

Com a ditadura, as forças produtivas embaladas pela ideologia da modernização estiveram a serviço do saqueio de recursos naturais, das expropriações e da exacerbação da exploração do trabalho — o que acentuou ainda mais as contradições negativas na forma de entraves entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção já constatadas por Marx. A pesquisa universitária não deixou de ser visceralmente marcada por esses processos que deformaram o lugar do conhecimento para a emancipação humana. Isso não significa que as dimensões positivas e construtivas da universidade conglomerada tenham desaparecido.

A rigor, desde a sua origem, coexistem projetos antagônicos nos espaços universitários e isso não poderia ser diferente no Brasil. De um lado aqueles que a vêem como um espaço de uma formação composta por experiências e descobertas voltadas às necessidades dos povos, buscando um desenvolvimento que possa contribuir com a melhoria da vida humana e aqueles que a concebem como lócus de produção científica a serviço do capital e que buscam constantemente apagar a chama da crítica que o fazer científico exige e, não menos importante, afastar a universidade dos anseios expressos pelas lutas dos povos com rebatimentos epistemológicos, éticos e epistêmicos.

A universidade clássica tinha fundamentalmente como vocação dotar os burgueses com uma capacidade de opinião mais do que formar gestores do processo de produção providos de aptidões técnicas; e a maioria dos estudantes

de então tinham certamente como perspectiva concreta ocupar mais tarde os postos dirigentes na sociedade e no processo de produção, fosse como membros das “profissões liberais” ou como empreendedores (Mandel, 1979, p. 102).

No Brasil, o eixo formativo não envolveu a cultura geral da burguesia como classe capaz de empreender um projeto autopropelido de nação; ao contrário, a formação pragmática esteve direcionada para a adaptação às relações imperialistas que possibilitam as referidas parcerias entre as frações burguesas dominantes locais e as hegemônicas (Fernandes, 1975).

Com efeito, em uma sociedade capitalista o desenvolvimento da ciência e da tecnologia não admite uma lógica própria. As opções por temáticas a serem pesquisadas são definidas a partir das exigências do processo de produção, o que compreende o desenvolvimento desigual das forças produtivas e das relações de produção. Seu trajeto está submetido a uma funcionalidade heterônoma em que o Estado, manejando as demandas do capitalismo monopolista, define a hierarquia das especializações necessárias para o desenvolvimento do capital.

Toda sociedade tem a ciência que lhe é útil e necessária para conservar o sistema vigente. É impensável que venha a produzir outra, que modo algum lhe interessaria, pois a faria correr o risco de quebra da estrutura existente, pela introdução de novos produtos culturais, especialmente novas concepções ideológicas sobre sua própria realidade [...] A liberdade de criação científica está diretamente dependente da liberdade concreta de todos os homens no âmbito da comunidade (Vieira Pinto, 1979, p. 150).

Em suma, a partir do momento em que a sistema capitalista considera a ciência e tecnologia como forças produtivas fetichizadas a serviço do capital (e em relação com as correlações de forças de uma dada conjuntura), as instituições universitárias são refuncionalizadas. No caso do Brasil, país de capitalismo dependente, que não dispõe de um projeto autônomo de desenvolvimento, o Estado busca calibrar e ajustar o sistema de fomento à ciência e tecnologia aos requisitos da chamada modernização conservadora, a exemplo da pesquisa agropecuária, engenharias vinculadas aos projetos de infraestrutura etc.

No entanto, é importante frisar, existe um *modus operandi* do sistema de ciência e tecnologia que, pela dinâmica de organização do próprio campo científico e deste no aparato de Estado, logra assegurar para determinadas áreas de ciências básicas de maior poder estabelecido na burocracia do sistema, envolvendo, inclusive, entidades acadêmicas e forças partidárias, de parte importante dos recursos. Mas não como uma dimensão do projeto de Estado, mas como um desdobramento da arquitetura do sistema de financiamento herdado da ditadura, no qual os governos ditatoriais buscaram contemplar frações da comunidade científica disposta a colaborar de algum modo com o regime “em nome da ciência”.

Com novos significados, essa metodologia segue presente nos dias de hoje, como discutido na próxima seção. Decorre dessa metodologia uma situação contraditória — uma substantiva produção científica colocando o país no rol dos líderes mundiais, e, ao mesmo

tempo, uma escassa participação na aplicação da C&T na economia (expressa, por exemplo, pelas reduzidas patentes relevantes) e na sociedade de um modo mais amplo.

Pensa-se, em regra, que as universidades representam o produto puro e simples da atividade criadora dos grupos de especialistas que nelas trabalham cooperativamente. Isso é verdadeiro, mas em parte. O que dá grandeza às universidades não é o que se faz dentro delas — é o que se faz com o que elas produzem (Fernandes, 1966, p. 205).

Essa situação ganhou maior dimensão a partir da segunda metade dos anos 1990. Depois de quase uma década enfrentando seus piores momentos, o parque de ciência e tecnologia, baseado principalmente nos programas de pós-graduação, passou a ser reconfigurado por políticas que deslocaram o par Ciência & Tecnologia para a tríade Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, o que não significa uma simples questão semântica, mas alteração qualitativa no que tange às características principais do desenvolvimento científico no País.

O novo padrão de financiamento baseado no modelo hélice tríplice estabelece uma relação entre a universidade pública e empresas privadas onde o Estado tem um papel de operador e de financiador do estímulo e execução de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Para Etzkowitz (2009) na inovação não existe mais uma linearidade da ciência à tecnologia. A interação da universidade–empresa–governo faz com que surjam distintos pontos de partida, como, por exemplo, as atividades de marketing e laboratórios na universidade na aparência análogos aos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas. Em nome de apoiar o desenvolvimento do setor produtivo e estimular a inovação, o Estado opera uma desconfiguração da universidade pública, alterando a sua função social e as suas atividades bases de ensino, pesquisa e extensão e a submete a uma atividade funcional ao padrão de acumulação do capital.

O corte de verbas dos últimos anos e a lógica da austeridade contida na Emenda Constitucional nº 95/2016 objetivam asfíxiar a universidade pública. No entanto, os violentos cortes nas verbas de capital (investimentos), reduzem os recursos que mantêm de pé a estrutura física e de equipamentos, os chamados materiais permanentes, tem um profundo significado no desmanche do futuro da universidade pública.

Seguindo esta Introdução, a seção aborda a austeridade, sua relação com a autocracia e sua face nas políticas econômicas do Brasil e na seção seguinte será apresentada uma análise dos orçamentos para as universidades federais, buscando identificar os elementos políticos contidos nas ações que preconizam o comprometimento do futuro da universidade pública no país.

Austeridade e inviabilização da democracia

O período de institucionalização da ciência e a tecnologia no Brasil tem como marcador temporal o período do pós-Segunda Guerra, especialmente na década de 1950, com a criação do CNPq, da CAPES e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e, no início dos anos 1960, com a criação da Universidade de Brasília.

Segmentos militares tiveram grande atuação nesse sentido, visto o alcance do significado do uso de artefato nuclear (Hiroshima e Nagasaki) para a geopolítica mundial. No entanto, como já assinalado, as políticas de ciência e tecnologia e de educação superior não foram incorporadas como projeto de nação e como parte estruturante das políticas industriais. A perspectiva de modernização foi antes balizada pelas formulações de W. W. Rostow (1960) que, em seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico*¹, indicou que a via era o ajuste das frações burguesas locais aos imperativos do capitalismo monopolista (daí o subtítulo do livro: um manifesto não comunista) e, por conseguinte, não previa o desenvolvimento autônomo a partir da edificação de um aparato de ciência e tecnologia robusto.

Para tanto, os EUA deveriam identificar e apoiar os setores burgueses propensos a promover o ‘arranque’ para o desenvolvimento, queimando etapas e promovendo saltos na modernização entendida como adesão aos fundamentos do capitalismo monopolista. Como ficaria explícito em 1964, os militares, educados nas academias estadunidenses, foram identificados como sujeitos importantes para a promoção do referido arranque, em aliança com as frações burguesas então consideradas “entreguistas”, visto suas conexões com o imperialismo.

Não é possível ignorar, entretanto, que setores importantes da sociedade brasileira, incluindo segmentos da comunidade científica e acadêmica, assumiram tal posicionamento se colocando a favor do “sacrifício necessário” para que o arranque (*take off*) acontecesse no país, ainda que às custas de uma ruptura democrática e com a adesão a institucionalização do golpe empresarial-militar.

A grande valorização dos resultados que seriam alcançados com a atividade científica é parte, por sua vez, da crença, então dominante, de que os países subdesenvolvidos atravessavam basicamente as mesmas etapas de desenvolvimento percorridas pelos países avançados, onde era notório o papel desempenhado pela ciência e tecnologia (Romani, 1982, p. 142).

Como observou de modo preciso Fernandes (1966), a forte mobilização de setores da sociedade civil contra o projeto liberal de Lei de Diretrizes e Bases Clemente Mariani — e a costura empresarial em torno da ‘educação que nos convém’ organizada pelo Instituto de Pesquisa Social (IPES) (Dreifuss, 2008) — foram indicações de que o horizonte burguês não

¹ De acordo com a teoria rostowiana em as “Etapas do desenvolvimento ou um manifesto não comunista”, o desenvolvimento dos países periféricos precisava superar cinco estágios: Sociedade Tradicional baseada na produção agrícola e definida pelo nível limitado de produção por falta de tecnologia. Adquirida a condição de aplicação de ciência e tecnologia no processo produtivo na produção agrícola e industrial se atinge o segundo estágio que permite uma expansão internacional e assim podem adquirir característica do modo de vida dos países centrais, ainda que sua economia esteja baseada em métodos antigos de produção e que a sociedade ainda se organize a partir de valores e estruturas sociais baseadas em modelos arcaicos. O terceiro estágio é o momento de abandono da resistência ao atraso e de adorar o progresso tecnológico como necessidade objetiva; ao estabelecer novas indústria e consolidar a expansão do comércio internacional se atinge o quarto estágio superando a carência tecnológica e abrindo o portal para o quinto e último estágio que compreende o consumo de bens duráveis e a alta renda per capita proporcionando a população melhores condições de vida e um futuro promissor (Rostow, 1960).

preconizava educação pública comum, nem tampouco universidades públicas autônomas. As frações burguesas locais e setores da comunidade acadêmica e científica optam por uma dependência associada aos países centrais e por seguir as orientações formuladas por eles para implementar o desenvolvimento capitalista. O parecer Sucupira que regulamenta a Pós-Graduação (CFE nº977/1965) é representativo desse processo de adaptação. A dependência associada é sustentada em nome de um futuro promissor. Retórica frequentemente visitada para convencer a população a aumentar sua cota de sacrifício para o sustento do capitalismo, carregada de cunho moral e uma certa religiosidade, a ideia de sacrifício é seguida pelo sonho da recompensa.

A repressão da ditadura cria as condições para a implementação da austeridade, aqui compreendida em sentido ampliado, além da questão fiscal, mas como uma forma de negar a soberania popular (Mattei, 2023). Originado na filosofia moral, a austeridade carrega o sentido de que prudência e sacrifício são a antessala da recompensa. E a prudência exige o afastamento da soberania popular, pois, no prisma da austeridade, a participação democrática celebra a participação dos menos capazes e dos perdedores, sempre interessados em obter benesses do Estado.

O termo é utilizado como justificativa para ajustar a economia em conformidade com as decisões tecnocráticas dos ditos especialistas que ratificam ações e gastos em prol do capital e requalificam os gastos sociais na perspectiva burguesa. Assim, os gastos educacionais podem até aumentar, desde que a educação deixe de estar guiada pela busca de uma cultura científica e cultural que propicie a formação de cidadãos insubmissos e consagre a formação de capital humano.

“A austeridade é protetora do capitalismo, consagrada entre os Estado por sua eficácia e anunciada com um meio de ‘consertar’ economias intensificando sua eficácia — reajustes de curto prazo para ganhos de longo prazo.” (Mattei, 2023, p. 19).

Historicamente as políticas de austeridade tendem a desarticular a luta das classes trabalhadoras, a aumentar a desigualdade de renda, o corte ou a redefinição de gastos públicos e o esvaziamento dos direitos sociais universais. Em contrapartida, propiciam reduções de impostos das empresas e sobre o patrimônio e o capital dos capitalistas, reduzindo, desse modo, o fundo público destinado às políticas sociais. Em nome da eficiência tecnocrática almejam que grande parte dos serviços públicos seja oferecido pelo setor privado, aumentando os espaços de acumulação.

A compreensão de que a austeridade é uma estratégia da luta da classe burguesa contra os trabalhadores explica o motivo pelo qual a austeridade é hostil à democracia e tenha florescido em regimes fascistas, como no período Mussolini — com seu ministro Di Steffani (Mattei, 2023), um dos arautos da economia como ciência pura, a ser dirigida pelos tecnocratas — e na ditadura Pinochet (Escola de Chicago).

A radicalização mais recente da austeridade no Brasil se deu no contexto da desestabilização do governo Dilma Rousseff (2015–2016) que culminou no golpe de 2016, período em que, como abordado, o seu governo busca um giro na direção da austeridade

com a indicação de Joaquim Levy como ministro responsável pela economia. Como pode ser visto na próxima seção, foi nesse contexto que ocorreu o grande corte orçamentário das universidades federais, abrindo as vias para a continuidade do estrangulamento pelo governo Temer. Este logra constitucionalizar a austeridade por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016 e, desde então, os cortes não decorrem exclusivamente de contingenciamento orçamentário, mas, sim, de reduções na própria Lei Orçamentária Anual (LOA), reduções que se somam à continuidade dos contingenciamentos. A agenda da austeridade autocrática é sumarizada no documento que fundamentou o golpe de 2016, “Uma Ponte para o Futuro” (Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

A Emenda Constitucional nº 95/2016 é publicizada por meio do discurso de “corrigir o desequilíbrio das contas públicas como condição necessária para tirar a economia brasileira da situação crítica” (Brasil, 2016). Retoma-se a retórica da necessidade de se imprimir sacrifícios para recolocar o país em boas condições diante do mercado internacional. A emenda limita os gastos públicos com saúde, educação e seguridade social aos níveis atuais por duas décadas. Outros países têm ao longo da história adotado medidas rigorosas de controle de suas economias, mas nenhum o fez por tanto tempo e raros os que as constitucionalizaram. O Brasil, segundo a Washington Post² (2016), passou a ocupar o lugar de “mãe de todos os planos de austeridade”.

A Emenda foi aprovada como um sacrifício necessário para tirar o País da recessão e controlar a dívida pública, assumindo um compromisso em longo prazo com o equilíbrio de seu orçamento, demonstrando aos investidores internacionais intenções claras de satisfazer o mercado em detrimento de garantir políticas sociais básicas. Ou seja, mais uma vez, a retórica do sacrifício entra em ação. Philip Alston, relator especial da ONU sobre pobreza extrema e direitos humanos, alertou à época que

Se adotada, essa emenda bloqueará gastos em níveis inadequados e rapidamente decrescentes na saúde, educação e segurança social, portanto, colocando toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais (Andifes, 2016).

Em momentos de crise do capital em que a classe trabalhadora tem lutado contra a perda de direitos, o discurso moral da austeridade buscando os convencer da necessidade de o sacrifício é sempre utilizado. E nos momentos em que ele não é suficiente é preciso ancorá-lo em um governo forte capaz de dirigir o Estado de cima para baixo, utilizando meios coercitivos, mãos livres e plenos poderes para implementar políticas duríssimas contra quem se opusesse e assim atender as necessidades do capital e gozar dos benefícios que esta autoridade lhe permite. Características fundamentais de governos fascistas que contam com a política retórica moral da austeridade e com o convencimento de setores neoliberais de sua necessidade política deste porte.

² Em dezembro de 2016, Shanon Sims assina matéria de destaque no Washington Post, intitulada “[Brasil passa a mãe de todos os planos de austeridade](#)”, onde aponta os riscos de uma medida que congela gastos sociais por 20 anos e que esta foi tomada em meio a turbulência política que culminou o impeachment de Dilma Rousseff.

Apenas um mês depois da formação de seu novo gabinete, Mussolini emitiu um decreto real concedendo plenos poderes a seu governo para reformar o sistema fiscal e a administração pública. E inaugurou o chamado “período de plenos poderes”, que dotou especialistas em economia italianos com autoridade sem restrições para impor medidas de austeridade ao público italiano (Mattei, 2023, p. 286).

No Brasil, esse processo se expressa no apoio do conjunto do bloco no poder (Poulantzas, 1977) à eleição de Jair Bolsonaro em 2018, um governo autocrático, com forte presença de militares em seus ministérios, alinhado com a extrema direita internacional. Do ponto de vista econômico, regido por políticas neoliberais extremas representadas pela nomeação de Paulo Guedes ao ministério da Economia, antigo *Chicago boy*, que planejava instituir no Brasil os “sacrifícios” aos quais foi submetida a população chilena com redução de gastos sociais e uma onda de privatizações para que o país pudesse ser um exemplo neoliberal no continente e, assim, ser atrativo ao mercado internacional e, especialmente, às frações burguesas locais. O aumento brutal da desigualdade social imposto à população seria um efeito colateral aceitável, justificável pelo darwinismo social.

Ao fim de seis anos de implementação da política de austeridade sob a forma da EC nº 95, dos quais quatro foram sob governo de Jair Messias Bolsonaro, é possível verificar que não houve êxito no cumprimento de suas metas fiscais. A rigor, o objetivo não era as referidas metas, mas redimensionar *orçamentariamente* os gastos sociais, visto que os gastos financeiros simplesmente estavam fora do teto de gastos.

Concentrado nas despesas primárias, discricionárias, de custeio e investimento público, o resultado foi a imposição de uma situação crítica para as políticas públicas, visto que muitas despesas discricionárias de custeio possuem limites — ainda que draconianos — de cortes: não seria simples cortar todos os gastos com alimentação estudantil, um tema sensível para a reprodução do poder local de prefeitos e governadores, embora o governo Bolsonaro tenha chegado perto disso.

No caso das universidades federais, os cortes incidiram no custeio — manutenção predial, limpeza, segurança, energia, água e esgoto, chegando a um patamar em que muitas instituições estiveram a ponto de ter de suspender as atividades. Nesse prisma, foram completamente comprometidos os gastos de investimentos, comprometendo a construção de prédios, deixando de renovar os equipamentos de informática, atualização das bibliotecas, construção de moradias estudantis e restaurantes universitários, renovação da frota de automóveis, ônibus, caminhões, obras de infraestrutura para os laboratórios, gastos com prevenção de incêndios, concretizando o objetivo fundamental da guerra cultural neofascista: o esgotamento e o colapso das instituições como discutido com mais vagar adiante.

Se as frações burguesas especializadas no capital comércio de dinheiro celebraram a proteção especial da EC nº 95 que possibilitou a manutenção da taxa básica de juros entre as mais altas do mundo, de outra parte, frações vinculadas ao agronegócio e aos setores industriais logo perceberam que o remédio contra os direitos da classe trabalhadora poderia produzir efeitos indesejáveis para os seus negócios. A manutenção da elevada taxa

de juros desestimulou investimentos; o teto de gastos comprometeu severamente os investimentos públicos em rodovias, energia (inclusive refinarias), portos, créditos para o setor produtivo — medidas que, em conjunto, afetaram os interesses de grande parte dos capitalistas. Por isso, na campanha eleitoral de 2022 as críticas ao Teto de Gastos foram bem assimiladas pelo bloco no poder, desde que, na ótica do capital, uma nova regra fosse estabelecida para assegurar os fundamentos da austeridade neoliberal.

O governo Lula da Silva iniciado em 2023 aprovou a PEC da Transição (EC126/2022), abrindo espaço de R\$ 145 bilhões além do teto de Gastos para que fosse possível implementar medidas emergenciais defendidas na campanha eleitoral como o Bolsa Família, inaugurando um cenário de ampliação de gastos sociais. No entanto, como contrapartida aos recursos adicionais de 2023, o governo Federal encaminhou ao Congresso o Regime Fiscal Sustentável (RFS), instituído pela Lei Complementar nº 200/2023.

O Novo Regime está todo ele referenciado na austeridade. Tal como a EC 95/2016, o RFS foi justificado como necessário para reduzir a relação dívida/PIB. Distintamente das teses desenvolvimentistas que preconizam políticas de expansão do PIB, a redução dar-se-ia pela conhecida fórmula de redução do gasto público primário (pessoal, custeio e capital e investimentos). É uma política contracionista na medida em que o aumento na arrecadação tributária não leva a um proporcional crescimento nos gastos públicos sociais.

O crescimento das despesas primárias está limitado a 70% do aumento da arrecadação (a não ser que o crescimento da receita seja inferior a 0,86 % ao ano) e não poderá ultrapassar a 2,5% ao ano. Ademais, prevê severas punições em caso do não alcançar as metas (déficit zero em 2024, superávit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026).

Conforme apontado por Bastos, Deccache e Alves Jr. (2023, p. 4), o teto do crescimento dos gastos públicos, caso todas as receitas previstas para 2024 se confirmem é de 1,7% (R\$ 129 bilhões), montante que

mal consegue acomodar o retorno da política de valorização real do salário mínimo e dos pisos constitucionais para a educação e a saúde [...] Dado o impacto do aumento do salário mínimo, [...] sobraria apenas R\$ 24,6 bilhões para o crescimento dos demais gastos, [...] o que nem sequer cobre a inflação (Bastos; Deccache; Alves Jr., 2023, p. 4-5).

Como o possível crescimento das receitas esperadas pela LOA não é sincrônico com a execução orçamentária, contingenciamentos de recursos discricionários serão inevitáveis, como já está ocorrendo em 2024 e que podem alcançar R\$ 41 bilhões (Câmara dos deputados, 2024) (e que serão ainda maiores em 2025), provocando ainda maior dificuldade para as universidades federais (e não apenas para elas).

Como as verbas da educação e da saúde devem obedecer a subvinculação constitucional (educação: no caso da União, 18% da receita de líquida de impostos, saúde: 15% receita corrente líquida), o crescimento da arrecadação repercute de modo direto no montante de verbas. Desse modo, um aumento das verbas educacionais e da saúde impacta no estoque de despesas primárias. Ou seja, como as despesas primárias somente podem

crescer 70% do aumento das receitas e, ainda, devem obedecer ao limite de 2,5%, uma expansão dos recursos vinculados (educação e saúde) exige corte em outros gastos primários (como ciência e tecnologia, meio ambiente, reforma agrária, políticas habitacionais, correção do Bolsa-Família etc.).

Assim, o crescimento de recursos para a educação 2023/2024 de R\$ 8,9 bilhões e de R\$ 29,7 bilhões na saúde exigirá um corte de R\$ 38,6 bilhões de outras rubricas primárias. Considerando outros grupos de despesas obrigatórias Bastos, Deccache e Alves Jr (2023, p. 20) concluem que as despesas obrigatórias definidas em lei compreendem 81% do espaço fiscal máximo de R\$ 129 bilhões, sobrando apenas R\$ 24,6 bilhões para todas as demais despesas submetidas ao RFS. Na ótica da austeridade a questão não é o teto, mas os gastos obrigatórios em educação, saúde e seguridade social que devem deixar de ser compulsórios e futuras revisões da LOA podem sacrificar os inadiáveis recursos de investimentos públicos. As consequências práticas do RFS são muito semelhantes às da EC nº 95/2016.

Para evitar este impasse, um recente estudo do Tesouro Nacional (Ministério da Fazenda, 2024, p. 29) identifica as despesas discricionárias rígidas como um problema, como os gastos constitucionais com educação e saúde. Como apontado, embora estejam fora do teto, as despesas com as áreas de educação e saúde comprometem o montante das despesas primárias. Em tom alarmista, o estudo indica que, se nada for feito, as demais despesas discricionárias cairiam dos atuais 1,6% do PIB (2023) para zero em 2032. Um corolário implícito do documento do Tesouro: será preciso desconstitucionalizar as vinculações da educação e da saúde.

Não é difícil prever que milhões de jovens e de trabalhadores de categorias organizadas e combativas terão de se confrontar com o governo. A frustração em relação a efetivação das políticas sociais públicas, como a correção inflacionária do Bolsa-Família, pode fortalecer a capacidade convocatória da extrema direita.

Futuro da universidade sacrificado pelos cortes dos investimentos

Referenciado no Prefácio de 1857 à Crítica da Economia Política de Marx (Marx, 1986), Gramsci (2012) trabalha um conceito de ideologia como terreno em que os seres humanos tomam consciência das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção e, mais do que isso, no qual é por meio das ideologias que as operam — nas lutas de classes — até a superação das referidas contradições. Desse modo, a ideologia não se confunde com etéreas e vaporosas representações mentais, possuindo materialidade objetiva nas lutas dos povos.

Por isso, a proposição sobre a guerra cultural da extrema direita contra as universidades, a ciência e a cultura devem ser compreendidas como inscrita na doutrina de guerra concreta. No caso do governo Bolsonaro existem elementos comprobatórios robustos de que seu governo atuou no sentido de construir uma imagem negativa da instituição na sociedade (os seus ministros da Educação foram especialmente engajados nessa frente, assim como o próprio presidente da República e, como na doutrina militar, atuou de modo sistemático na

destruição da infraestrutura do “inimigo” — como explicitado na imagem utilizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a granada no bolso do inimigo (G1, 2020).

Nesta seção, buscamos apresentar elementos empíricos que confirmam que a austeridade neoliberal se efetiva com a radicalidade esperada em contextos autocráticos, como demonstrado por Mattei (2023). O estrangulamento orçamentário obedeceu a uma lógica estratégico-militar escudada no discurso da responsabilidade fiscal, um dos léxicos estruturantes da austeridade.

Situação dos investimentos nas Federais

Como destacado, o foco da presente análise incide sobre o período do golpe até o final do governo Bolsonaro, porém com contextualizações que abrangem o período pós-constituição e, em particular, os anos 1990. E para examinar a força centrípeta da austeridade, presente inclusive nas linhagens social-desenvolvimentistas e afins, amplia a análise para o primeiro ano do terceiro governo Lula da Silva.

As potencialidades da Constituição Federal de 1988 não se realizaram nas universidades federais. O texto constitucional magnifica a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia. Entretanto, no período 1994 e 2004 o orçamento de custeio (efetiva manutenção) foi reduzido de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 2,1 bilhões (Amaral, 2017) (valores de janeiro 2024, IPCA).

No entanto, um exame mais apurado nos mostra que estava em curso uma acentuada redução orçamentária, não apenas pelo valor nominal do custeio, mas por características do sistema. De fato, em 1994, existia no país 39 universidades federais com 350 mil estudantes de graduação, 46,5 mil docentes, menos da metade deles doutores e, por isso, com vínculo menos orgânico com a pesquisa. Ademais, é importante realçar, 94,2 mil servidores técnicos e administrativos — o que significa que poucas atividades eram terceirizadas, pois segurança, transporte, infraestrutura, pessoal hospitalar e grande parte da limpeza era realizada por servidores.

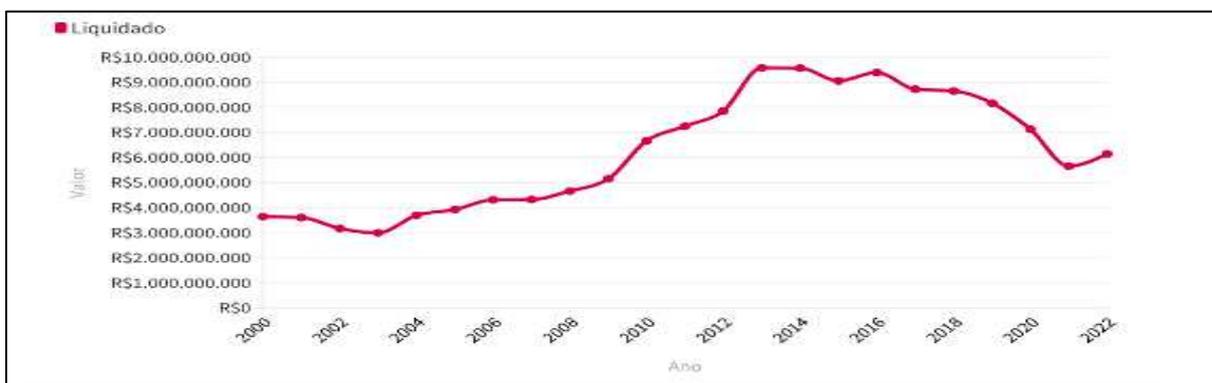
O quadro em 2004 era outro: 46 universidades federais, 49 mil docentes, perto de 90% com dedicação exclusiva, contudo a maioria ainda sem doutorado, 63 mil técnicos e administrativos, mais de metade não graduados, e 575 mil estudantes de graduação. Está claro, pois, que os anos das primeiras gerações de neoliberalismo, com a contrarreforma do Estado, minguaram o orçamento das universidades. Encolhimento com novos traços. Restaram poucas atividades de infraestrutura não terceirizadas, o que significa que as verbas de custeio estavam sendo crescentemente dirigidas ao pagamento de pessoal contratado para segurança, limpeza, condução da frota, hospitais, biotérios etc.

Desse modo, quando o segundo governo Lula da Silva (2006–2009) apresentou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, foi aberto um novo horizonte para o lugar das Federais. A despeito de embates sobre a influência do processo de Bolonha e das condicionalidades do projeto — temas não abordados no presente artigo — sobressaiu uma preocupação evidente. A regulamentação contemplou a previsão de crescimento orçamentário até 2012.

Os anos de 2013 a 2015 concluiriam, por conseguinte, um ciclo expansivo e não havia uma política de Estado de financiamento das Federais. Desse modo, a consolidação do REUNI foi deixada em aberto, vulnerável frente às circunstâncias econômicas e políticas. Como pode ser visto no Gráfico 1, sobre o custeio (despesas de manutenção e funcionamento), o crescimento do número de universidades, principalmente por meio do desmembramento de campi preexistentes, alcançando 63 universidades, e, mais recentemente, 69 Federais, veio acompanhada de uma significativa ampliação de recursos, passando de pouco mais de R\$ 4 bilhões em 2007 para R\$ 9,5 bilhões em 2012, valor que seguiu sem grandes alterações até 2014. Em 2015, é possível perceber uma queda de R\$ 500 milhões — o que foi significativo, tendo em vista a elevação de custos dos preços administrados (energia), com pessoal terceirizado, assistência estudantil, novos campi, e, é preciso reiterar, com o número crescente de estudantes, de cursos e de projetos de pesquisa que impactam o custeio.

Desse modo, a queda do custeio se deu em um contexto em que o orçamento de 2014 já foi considerado insuficiente para fazer frente às despesas básicas. A EC 95/2016, contudo, marca um ponto de inflexão que, grosso modo, segue reduzindo drasticamente o próprio orçamento da LOA, comprimindo de modo severo as verbas de custeio. É perceptível que o governo Bolsonaro empreende cortes em um orçamento já considerado inviável. A imagem corrente é que as universidades Federais respiravam por aparelho, e o governo Bolsonaro, como ocorreu na epidemia de Covid no Amazonas, retirou oxigênio para a sobrevivência vegetativa das instituições.

Gráfico 1: Universidades Federais: Despesas de manutenção e funcionamento – Valores corrigidos para janeiro 2023



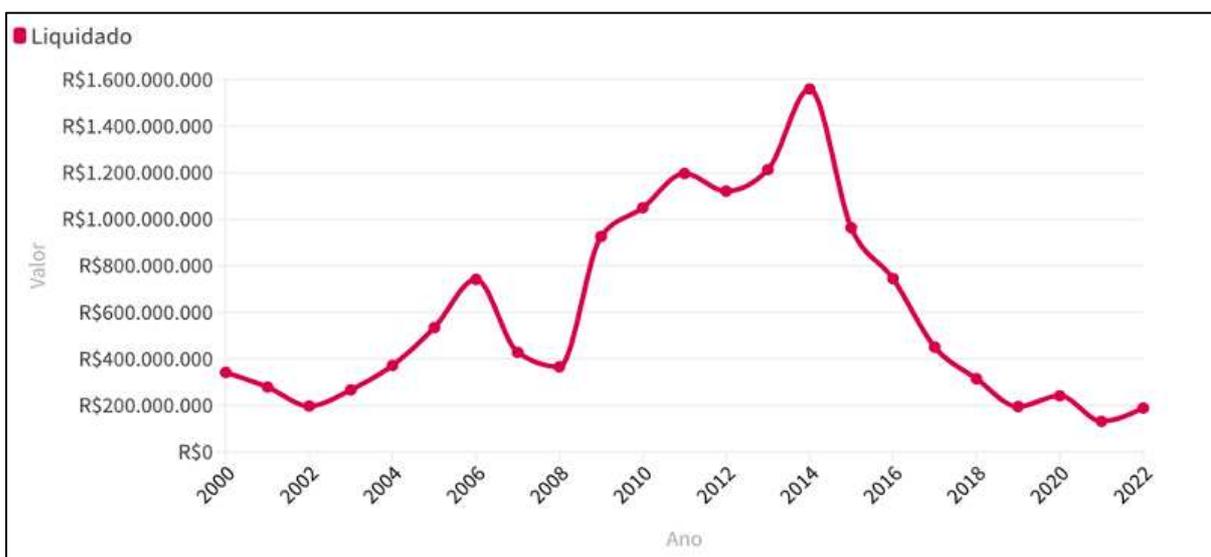
Obs.: Unidade Orçamentária: Todas as Universidades Federais (69 – Universidades Federais)
 Fonte: SIOF; IPEADATA (apud Sou_Ciência, 2024).

Se os cortes de custeio são como um ácido que corrói a infraestrutura das instituições, comprometendo segurança patrimonial, qualidade da alimentação dos estudantes, manutenção dos veículos, gastos como viagens de estudos, prevenção de incêndios, manutenção predial cotidiana — iluminação, bebedouros, banheiros, internet — os cortes nos investimentos objetivam interditar o futuro das instituições. Muitas instituições dobraram o número de estudantes e não lograram concluir novas edificações.

A exponencial ampliação de laboratórios de pesquisas exige nova infraestrutura em termos de estações e subestações de energia, o desenvolvimento de tecnologias

sustentáveis, novas redes de esgoto, laboratórios multiusuários com graus diversos de segurança, locais de armazenamento de resíduos altamente tóxicos, moradias estudantis, restaurantes universitários, nova escala de infraestrutura informática, centros de big data, segurança cibernética, frota adequada para trabalhos de campo, aquisição de livros e periódicos. Inviabilizar os recursos de investimento (capital) é uma das mais contundentes ações da guerra cultural. Mais do que a granada no bolso do inimigo, o encolhimento de recursos de capital é um modo da política antiuniversitária operar no tempo, inviabilizando o próprio futuro das instituições.

Gráfico 2: Universidades Federais – Investimento em infraestrutura e patrimônio. Valores corrigidos para janeiro de 2023



Obs.: Unidade Orçamentária: Todas as Universidades Federais (69 – Universidades Federais)
 Fonte: SIOP; IPEADATA (apud Sou_Ciência, 2024).

O Gráfico 2 permite concluir que as preocupações orçamentárias com a fragilidade institucional do REUNI eram pertinentes. De fato, no período 2008 a 2014 ocorre uma expansão considerável dos recursos (de R\$ 1,4 bilhão para as 69 universidades federais), embora a ordem de grandeza dos recursos fosse identificada como muito aquém das reais necessidades das instituições, em especial para que as universidades públicas pudessem ancorar um projeto democrático de nação — o que exige universidades com infraestrutura compatível.

O exame do Gráfico 2 permite algumas conclusões: a opção pela radicalização da austeridade no segundo governo Dilma Rousseff (ministro Joaquim Levy) marca um ponto de inflexão que se manteve, especialmente por meio de contingenciamentos (a lei orçamentária seguiu corrigindo o orçamento das Federais, mas os recursos não foram totalmente repassados, em nome do ajuste fiscal). A partir da EC nº 95 a redução incide sobre a própria lei orçamentária (LOA). Depois da posse de Bolsonaro, ocorrem seguidos cortes a ponto de praticamente tornar residual o orçamento de investimento. É necessário destacar que o mesmo ocorreu com as verbas de ciência e tecnologia e, como a

universidade pública é o lócus da pesquisa no Brasil, potencializou o estrangulamento das universidades e vice-versa.

“Entre 2014 e 2024, o orçamento conjunto das duas principais agências de fomento à pesquisa científica e à pós-graduação, Capes e CNPq, caiu pela metade: de R\$ 15,1 bilhões (2014) para 7,3 bilhões (2023 e 2024)” (Cunha; Miebach, 2024).

Tabela 1: Orçamento de custeio e capital executado e LOA (2024) das universidades federais, valores corrigidos janeiro de 2024- IPCA-IBGE (Bilhões)³

Ano	Orçamento executado
2014*	R\$ 10,1
2020	R\$ 7,5
2022	R\$ 6,8
2023	R\$ 6,5
2024	R\$ 5,9 (LOA)

Obs.: (*) O ano de 2014 ajuda a compreender o encolhimento orçamentário.

Fonte: Indicadores coligidos do Sou_Ciência e Andifes (2024).

Diversos levantamentos confirmam que a União deixou de repassar mais de R\$ 100 bilhões para as universidades entre 2014 e 2022. No mesmo período, o FIES/ ProUni carregaram grande parte das verbas que poderiam ter sido aplicadas no setor público caso houvesse real disposição de assegurar ensino superior público e gratuito de alta qualidade. Vale lembrar que as Federais dobraram de tamanho (2008/2014) com um montante acumulado de cerca de R\$ 55 bilhões no período. O argumento de que a expansão leva um descontrole dos orçamentos anuais não se sustenta: os gastos de custeio e capital foram de R\$ 5 bilhões (2008) para R\$ 10 bilhões (2014).

O Relatório Contábil do 4º trimestre de 2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação⁴ nos permite fazer a seguinte relação: entre 2014 e 2023, o subsídio implícito ao Programa FIES atingiu R\$ 114 bilhões, a valores corrigidos pelo IPCA (Cunha; Miebach, 2024)

A mercantilização radical do ensino superior e da educação básica é uma causa que converge a austeridade neoliberal que dirige a economia dos governos social-desenvolvimentistas e, ao mesmo tempo, a extrema direita. A lógica é que o setor privado é mais eficaz e pragmático na oferta da educação. Para os primeiros, isso favorece a formação do capital humano, para os segundos, a extrema direita, a privatização abre caminhos para avanços na guerra cultural.

Considerações Finais

A austeridade é um modo de usurpar a soberania popular, objetivando enfraquecer a classe trabalhadora. Em nome do ajuste fiscal e do consequente corte de gastos os tecnocratas buscam afastar os sindicatos e movimentos sociais dos assuntos públicos, como é possível depreender, por exemplo, do controle do Ministério da Educação pelos

³ Leher (2024).

⁴ FNDE (2024).

gestores dos Aparelhos Privados de Hegemonia, em especial a Fundação Lemann. O primado da gestão tecnocrática é uma sinalização de que o governo pode ser considerado confiável pelo mercado.

Esses elementos configuram as políticas austeras como política de classe, como uma “imposição dos interesses de classe dos capitalistas” (Rossi et al., 2019, p. 8). Os capitalistas se beneficiam da austeridade quando ao gerar recessão e desemprego, reduzem pressões salariais, quando o corte de gastos e a redução das obrigações sociais possibilitam menores impostos para os donos do dinheiro e do poder e, não menos importante, quando a redução da quantidade e da qualidade dos serviços públicos aumenta a demanda de parte da população por serviços privados na educação e na saúde, possibilitando o aumento da acumulação de lucro privado (Rossi et al., 2019, p. 15).

Conforme Mattei (2023), a austeridade é uma forma de atuação do capital na luta de classes, objetivando derrotar o protagonismo popular. A ideologia da austeridade é carregada de significados morais e religiosos para convencer os povos. No efervescente período do final dos anos 1950 e do início dos anos 1960, Rostow propugnava a necessidade do sacrifício. Importante demarcar que, embora o sacrifício seja apontado tanto nas teorias rostowianas quanto nas teorias de austeridade (a rigor, conexas em muitos aspectos), a primeira o faz em nome do cumprimento das etapas do desenvolvimento econômico em países periféricos sob regras dos países de capitalismo hegemônico e a segunda o faz na tentativa dos capitalistas de superar suas crises.

O momento em que a Emenda do Teto dos Gastos (EC nº95/2016) é aprovada conjuga elementos importantes destas indicações. O país vivia uma crise econômica após alguns anos de estabilização, anos estes em que os governos do Partido dos Trabalhadores realizaram investimentos em políticas sociais em patamares superiores aos governos anteriores; a contrarreforma do Teto de Gastos foi precedida de um movimento do bloco no poder que permitiu o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o resultado das eleições presidenciais seguintes deram vitória a um defensor das atrocidades da ditadura militar, que não se envergonha de discursos racistas e homofóbicos, enfim de um representante da extrema direita que, é importante frisar, busca em um quadro proveniente da Escola de Chicago o condutor de sua política econômica, toda ela referenciada na austeridade, a exemplo da política econômica de Mussolini.

As universidades públicas que, embora eivada de tensões e contradições engendradas pelas características de capitalismo dependente, são espaços de construção do conhecimento e, portanto, um espaço que potencialmente possibilita a crítica. Não surpreende, pois, que se transformaram num dos principais alvos de ataques de toda ordem por parte do governo Bolsonaro que, como visto no presente artigo, se valeu de medidas orçamentárias para impedir seu funcionamento atual e futuro. A análise dos dados orçamentários aqui apresentadas apontam para esta situação.

Mesmo reconhecendo que, para o Partido dos Trabalhadores, as políticas públicas e sociais têm importância diferenciada, o Novo Regime Fiscal segue a lógica da austeridade,

submetendo-as a um possível controle dos gastos em nome da esperança de um crescimento econômico.

É mister reconhecer que para governar o país os partidos que assumem o poder necessitam estabelecer acordos que possibilitem o governo. No caso do governo anterior, o campo dos acordos se limitou aos conservadores, reacionários e neoliberais. Os ataques aos direitos sociais eram uma constante em seus discursos carregados de preconceitos e violência. A universidade pública era um dos principais alvos e os ataques constantes variavam entre intervenções nas reitorias, disseminação de mentiras que destilavam ataques morais à comunidade acadêmica, e, cortes no orçamento na tentativa de sufocar o seu funcionamento. Um conjunto de ações que miravam sua destruição.

A luta em defesa da universidade estava no âmago da reação contra a ofensiva fascista que, enfrentando àqueles que deram lugar ao medo de retaliações, fez parte da mobilização que deu ao processo eleitoral características de disputa objetiva entre um projeto eleitoral fascista e um projeto eleitoral democrático, preocupado com o bem viver dos povos, que resultou na eleição de Lula da Silva para seu terceiro mandato.

O maior risco do terceiro governo Lula da Silva é sua conversão em um governo de austeridade sem projetos transformadores. Como visto, o orçamento total das instituições federais de ensino superior segue declinante, prisioneiro da lógica de guerra às universidades. É certo que o horizonte democrático é outro, mas, como tem ocorrido em distintos países, a austeridade é a antessala do ascenso de partidos alternativos, a maior parte deles de extrema direita. Se faz urgente manter a chama da luta acesa para a defesa das conquistas históricas asseguradas em artigos da Constituição que determinam o Estado a aplicar percentuais mínimos de sua receita em Educação e Saúde, conquista em risco em virtude do Regime Fiscal Sustentável.

Referências

AMARAL, N. C. do. **O financiamento das Universidades Federais**: alguns apontamentos Nelson Cardoso Amaral – ANDIFES 2017 (apresentação PPTX).

ANDIFES. **PEC do Teto fere direitos humanos e vai prejudicar os mais pobres, dizem relatores da ONU**. 2016. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2016/12/09/pec-do-teto-fere-direitos-humanos-e-vai-prejudicar-os-mais-pobres-dizem-relatores-da-onu/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ANDIFES. **Nota da ANDIFES sobre o orçamento das universidades federais de 2024**. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/2023/12/23/nota-da-andifes-sobre-o-orcamento-das-universidades-federais-de-2024/#:~:text=A%20diretoria%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional,para%202024%2C%20aprovado%20pelo%20Congresso](https://www.andifes.org.br/2023/12/23/nota-da-andifes-sobre-o-orcamento-das-universidades-federais-de-2024/#:~:text=A%20diretoria%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional,para%202024%2C%20aprovado%20pelo%20Congresso.). Acesso em: 20 mar. 2024.

ARRIZABALO MONTORO, X. ¿Qué hacer ante la crisis crónica del capitalismo? La necesidad del marxismo para comprender y resolver los problemas actuales. **Ápeiron: Estudios de filosofía**, n. 20, abr. 2024

BASTOS, P. P. Z.; DECCACHE, D.; ALVES Jr., A. J. **O novo regime fiscal restringirá a retomada do desenvolvimento em 2024?** Nota 22 do CECON, out. 23. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/bastos-p-deccache-d-alves-jr-a-2023-o-novo-regime-fiscal-restringira-a-retomada-do-desenvolvimento-em-2024-cecon-ie-unicamp-nota-23-outubro-2023.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº126 de 21 dezembro de 2022**. Define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. **Diário Oficial da União**, p. 18, col. 1, 22 dez. 2022.

BRASIL. **Exposição de Motivos da Emenda Constitucional nº 95**, de 13 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 5 abr. 2024.

CÂMARA DE DEPUTADOS. POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Estudo aponta necessidade de contingenciamento de R\$ 41 bilhões no Orçamento de 2024. **Agência Câmara de Notícias**, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1041963-estudo-aponta-necessidade-de-contingenciamento-de-r-41-bilhoes-no-orcamento-de-2024/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CUNHA, A. M.; MIEBACH, A. D. Lula e o Ensino Superior. **GGN: O Jornal de Todos os Brasis**, 8 abr. 2024. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/educacao/lula-e-o-ensino-superior-por-cunha-miebach/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

DREIFUSS, R. A. 1964. **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.

ETZKOWITZ, H. Hélice Tríplice. **Universidade-Indústria-Governo: Inovação em Movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FERNANDES, F. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1975.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. São Paulo, Hucitec, 1980.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório Contábil: 4º Trimestre 2023**. FNDE, 02 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas/demonstrativos-contabeis-e-notas-exercicio-2023.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro (2015)**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A7es.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

G1. Suspensão de reajuste de servidores é 'granada no bolso do inimigo', diz Guedes em reunião. **G1**, Política, 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/suspensao-de-reajuste-de-servidores-e-granada-no-bolso-do-inimigo-diz-guedes-em-reuniao.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GRAMSCI, A. **Breves notas sobre a política de Maquiavel**. Caderno 13 (1932–1934), Cadernos do Cárcere, V. 3. Tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEHER, R. Sobre a iniciativa de luta dos docentes e TAE das universidades federais e a defesa da democracia simbolizada pela eleição de Lula da Silva. **Esquerda online**, 5 abr. 2024. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2024/04/05/sobre-a-iniciativa-de-luta-dos-docentes-e-tae-das-universidades-federais-e-a-defesa-da-democracia-simbolizada-pela-eleicao-de-lula/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LEHER, R.; SILVA, S. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 54, p. 6–17, 2014.

MANDEL, E. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes: escritos políticos**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. V.1. Livro primeiro. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MATTEI, C. **A ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Tesouro Nacional. **Relatório de Projeções Fiscais**. Tesouro Nacional Transparente, mar. 2024. Disponível em: <https://tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-projecoes-fiscais/2023/21>. Acesso em : 3 abr. 2024.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROSTOW, W. W. **As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

ROMANI, J. P. O conselho nacional de pesquisa e institucionalização da pesquisa científica no Brasil. In: Schwartzman, Simon. **Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, DF: CNPq, 1982. p. 135–166.

ROSSI, P. *et al.* Austeridade Fiscal e o Financiamento da Educação no Brasil. **Educ. Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019.

SILVA, S. **A pesquisa científica, os editais de financiamento e a heteronomia acadêmica**. 2012 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SIMS, S. Brazil passes the mother of all austerity plans. **The Washington Post**, 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/12/16/brazil-passes-the-mother-of-all-austerity-plans/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SOU_CIÊNCIA. **Orçamento das universidades federais**. 2023. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/dados-fctesp/orcamento-universidades-federais/receita-das-universidades>. Acesso em: 25 mar. 2024.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979.

Submetido em: 11/4/2024

Aceito em: 11/4/2024